UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGEO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LUÍS CLÁUDIO FRANÇA DOS SANTOS

IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICIPIO DE AMÉLIA RODRIGUES

Salvador/BA

2026

LUÍS CLÁUDIO FRANÇA DOS SANTOS

IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DINÂMICA AGRÁRIA DO MUNICIPIO DE AMÉLIA RODRIGUES

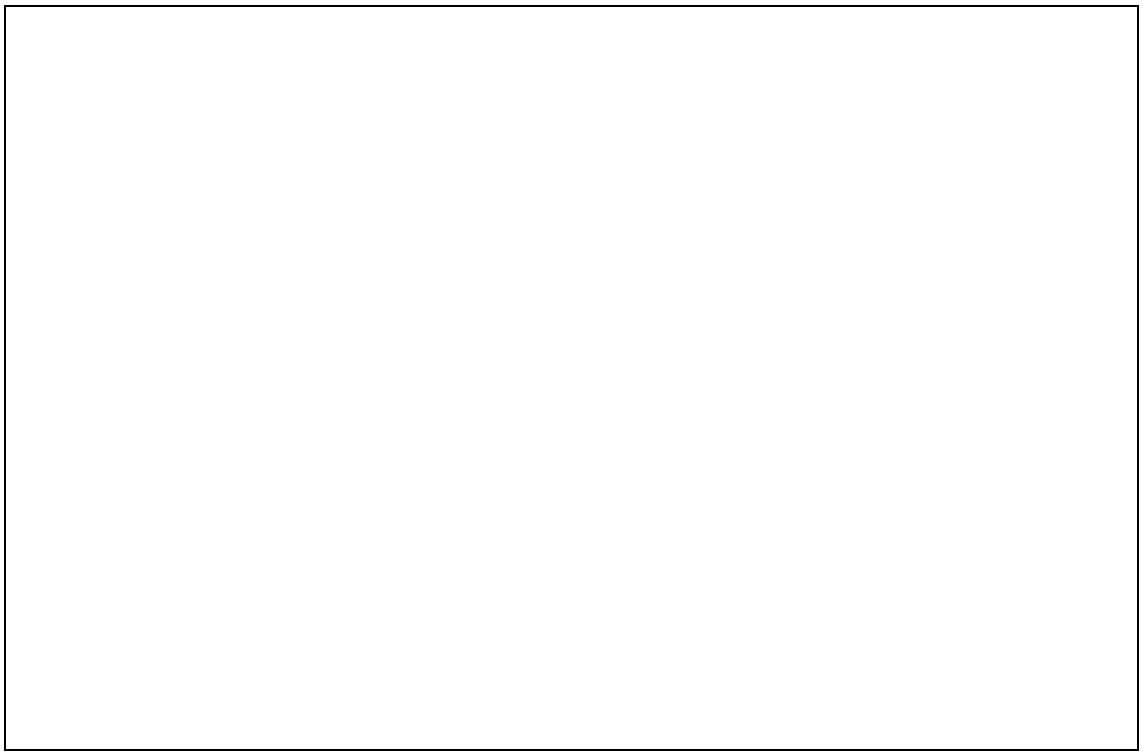
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Geografia no Instituto de Geociências - IGEO da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Noeli Pertile.

Salvador/BA

2026

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Ciências e Tecnologias
Prof. Omar Catunda, SIBI – UFBA.



TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA DE DEFESA – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Impactos das políticas públicas na dinâmica agrária do município de Amélia Rodrigues-Ba.

LUÍS CLÁUDIO FRANÇA DOS SANTOS

Profa. Dra. Noeli Pertile
Orientadora – Instituto de Geociências - UFBA

Prof. Dr. Heraldo Peixoto da Silva
Instituto de Geociências - UFBA

Prof. Dr. José Antonio Lobo dos Santos
Instituto de Geociências - UFBA

Aprovada em Sessão Pública de 16 de junho de 2026

Dedico este trabalho à minha querida esposa e grande amiga, Maria da Conceição Peixoto de Oliveira (*In memoriam*), cuja presença sempre foi fonte de apoio, inspiração e amor incondicional. Sua memória continua a me fortalecer em cada conquista.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, fruto de muito esforço e perseverança, vai além de um simples agradecimento — carrega em cada linha a imensa gratidão que trago no coração. Nenhuma palavra será suficiente para expressar o quanto me sinto honrado por essa conquista.

Agradeço primeiramente a Deus, por fortalecer minha fé e me conduzir com bênçãos até esta vitória.

Agradeço a minha esposa e companheira (*in memoriam*) para todas as horas, Maria da Conceição Peixoto de Oliveira, que sempre me incentivou e me fortaleceu sempre que eu pensava em desistir.

À minha família, meu alicerce inabalável, que mesmo em momentos de dor e saudade, me sustentou e me manteve focado.

À minha orientadora Noeli Pertile, amiga e profissional de conduta exemplar, meu profundo reconhecimento. Sua orientação firme e sensível me guiou com sabedoria por um caminho fiel à proposta deste trabalho.

Aos meus professores que me fizeram beber dessa fonte inesgotável do saber...

Aos colegas e amigos, que compreenderam minha ausência e torceram por mim mesmo à distância, minha sincera gratidão.

Aos agricultores do loteamento Canto Verde, Amélia Rodrigues em especial Sr. Jaime e dona Djanira, do Sitio da Paz.

Aos diretores das escolas...

Ao Secretário de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente, Industria e Comércio, Edson Roberto de Carvalho Bacelar.

E por fim, agradeço à população de Amélia Rodrigues, especialmente àqueles que vivem e trabalham com a terra, cuja realidade e luta inspiraram cada reflexão aqui presente.

Resumo

O estudo da dinâmica agrária e do desenvolvimento rural tem adquirido relevância crescente no Brasil, especialmente em municípios cuja economia depende fortemente da agricultura familiar. Amélia Rodrigues-BA se enquadra nesse contexto, apresentando um espaço rural marcado por transformações estruturais, mudanças nas formas de uso da terra e pela presença de políticas públicas voltadas ao fortalecimento produtivo e social das comunidades rurais. Compreender como essas políticas influenciam o território é fundamental para avaliar o alcance das ações governamentais e identificar desafios persistentes para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Nas últimas décadas, programas federais e estaduais direcionados ao meio rural passaram a atuar como importantes instrumentos de reorganização produtiva. Iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ampliaram o acesso dos pequenos agricultores ao crédito, à assistência técnica e aos mercados institucionais. Esses programas, aliados a estratégias municipais, estimularam mudanças nas práticas agrícolas e contribuíram para a diversificação produtiva, aspectos essenciais em territórios marcados pela predominância de pequenas propriedades e pela necessidade de inclusão socioeconômica. Apesar dos avanços observados, Amélia Rodrigues ainda enfrenta limitações estruturais que dificultam a plena efetividade das políticas públicas. A concentração fundiária, a dependência de intermediários para a comercialização e a oferta irregular de assistência técnica continuam sendo obstáculos relevantes. Além disso, a continuidade e a articulação das políticas entre diferentes níveis de governo representam fatores determinantes para o desenvolvimento rural local, especialmente em municípios com forte presença da agricultura familiar.

Palavras chaves: Dinâmica agrária. Agricultura familiar. Uso da terra. Concentração fundiária.

Abstract

The study of agrarian dynamics and rural development has gained increasing relevance in Brazil, especially in municipalities whose economies rely heavily on family farming. Amélia Rodrigues-BA fits this context, presenting a rural landscape marked by structural transformations, changes in land use, and the presence of public policies aimed at strengthening the productive and social conditions of rural communities. Understanding how these policies influence the territory is essential for assessing the reach of governmental actions and identifying persistent challenges to promoting sustainable rural development. In recent decades, federal and state programs targeted at rural areas have become important instruments for productive reorganization. Initiatives such as the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF), the Food Acquisition Program (PAA), and the National School Feeding Program (PNAE) have expanded small farmers' access to credit, technical assistance, and institutional markets. These programs, together with municipal strategies, have

encouraged changes in agricultural practices and contributed to productive diversification—key aspects in territories characterized by the predominance of small properties and the need for socioeconomic inclusion. Despite the progress achieved, Amélia Rodrigues still faces structural limitations that hinder the full effectiveness of public policies. Land concentration, dependence on intermediaries for commercialization, and irregular access to technical assistance remain significant obstacles. Furthermore, the continuity and coordination of policies across different levels of government represent decisive factors for local rural development, especially in municipalities with a strong presence of family farming.

Keywords: Agrarian dynamics; Family farming; Land use; Land concentration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CMN - Conselho Monetário Nacional

CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

ETR - Estatuto do Trabalhador Rural

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM - Índice de desenvolvimento Humano Municipal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

MST - Movimento Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de alimentos

PBF - Programa Bolsa Família

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia

SEAF - Seguro da Agricultura Familiar

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14
1.1. Justificativa da Pesquisa 14
1.2. Problema de pesquisa 15
1.3. Hipóteses 15
1.4. Objetivo Geral 15
1.5. Objetivos Específicos: 15
1.6. Metodologia 16
2. MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL 17
2.1. Políticas públicas: conceito, tipologia e instrumentos 17
2.1.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) 20
2.1.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 23
2.1.3. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 24
2.2. Histórico da ocupação agrária e transformações territoriais 26
2.3. Reforma agrária, território e uso da terra 28
3. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOESPACIAL DE AMÉLIA RODRIGUES 31
3.1. Caracterização geográfica e socioeconômica do município 31
3.2. Estrutura fundiária e produção agrícola local 32

3.3. Identificação e análise das principais políticas públicas para agricultura familiar implementadas em Amélia Rodrigues 36

3.4. Avaliação como as políticas públicas têm afetado a produtividade, a diversificação de culturas e a adoção de práticas sustentáveis entre os agricultores locais. 38

3.5. Analise da organização social dos agricultores 39

3.6. Avaliação de como as políticas públicas influenciam o acesso a mercados, a geração de renda e a melhoria das condições de vida das famílias rurais. 42

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 43

Referências 46

1. INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa da Pesquisa

O município de Amélia Rodrigues-BA apresenta uma realidade rural marcada pela predominância da agricultura familiar, pela heterogeneidade na estrutura fundiária e pela dependência de políticas públicas para a manutenção e fortalecimento das atividades produtivas. Nesse contexto, compreender como essas políticas influenciam a dinâmica agrária e o desenvolvimento rural se torna essencial para avaliar a efetividade das ações governamentais e identificar os limites e potencialidades existentes no território.

Nas últimas décadas, programas como PRONAF, PAA e PNAE passaram a desempenhar função estratégica no apoio a pequenos produtores, ampliando o acesso ao crédito, impulsionando mercados institucionais e reforçando a segurança alimentar local. No entanto, ainda persistem desafios estruturais que comprometem o pleno alcance desses instrumentos, como concentração de terras, dificuldades de comercialização, oferta irregular de assistência técnica e ausência de continuidade das políticas entre diferentes gestões. Essas limitações tornam necessário investigar se os benefícios previstos pelas políticas públicas têm de fato se materializado no município e de que forma impactam o modo de produção, a distribuição de renda e a permanência das famílias no meio rural.

A relevância deste estudo reside na necessidade de gerar conhecimento atualizado sobre o papel das políticas públicas na transformação do espaço rural de Amélia Rodrigues, contribuindo para debates acadêmicos e subsidiando gestores, organizações sociais e agricultores na formulação de estratégias mais eficientes e adequadas às realidades locais. Ao analisar essa relação, a pesquisa também reforça a importância de políticas articuladas, contínuas e socialmente integradas para promover um desenvolvimento rural que seja sustentável, inclusivo e capaz de garantir melhores condições de vida às populações rurais.

1.2. Problema de pesquisa

Embora o município de Amélia Rodrigues-BA seja fortemente dependente da agricultura familiar e conte com diversas políticas públicas voltadas ao meio rural, ainda não está suficientemente claro em que medida esses instrumentos têm contribuído para transformar a dinâmica agrária local e promover um desenvolvimento rural sustentável. Persistem dúvidas sobre a efetividade de programas como PRONAF, PAA e PNAE diante de desafios estruturais, tais como concentração fundiária, dificuldades de comercialização, limitações na assistência técnica e descontinuidade das ações governamentais.

1.3. Hipóteses

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar — especialmente PRONAF, PAA e PNAE — contribuem para diversificar a produção agrícola e fortalecer a permanência das famílias no meio rural de Amélia Rodrigues.
A efetividade dessas políticas é limitada por fatores estruturais locais, como concentração fundiária, acesso restrito à assistência técnica e dificuldades de comercialização.
Quando articuladas entre si e acompanhadas de ações municipais, as políticas públicas ampliam as oportunidades econômicas e melhoram as condições socioambientais do espaço rural do município.

1.4. Objetivo Geral

Analisar os impactos das políticas públicas na dinâmica agrária do município de Amélia Rodrigues no **Loteamento Canto Verde**, buscando compreender como essas políticas influenciam a produção agrícola, a organização social dos agricultores e a sustentabilidade econômica da região.

1.5. **Objetivos Específicos**: - Analisar a estrutura fundiária do município de Amélia Rodrigues; Identificar e analisar as principais políticas públicas para agricultura familiar implementadas em Amélia Rodrigues, incluindo assistência técnica e financiamento agrícola; - Avaliar os efeitos dessas políticas na produção agropecuária

do município: Investigar como as políticas públicas têm afetado a produtividade, a diversificação de culturas e a adoção de práticas sustentáveis entre os agricultores locais; - Analisar a organização social dos agricultores: Examinar de que maneira as políticas públicas têm contribuído para as associações ou cooperativas, promovendo a colaboração entre os produtores e fortalecendo a rede social rural; - Investigar a relação entre políticas públicas e desenvolvimento econômico: Avaliar como as políticas públicas influenciam o acesso a mercados, a geração de renda e a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

1.6. Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, com o objetivo de compreender os impactos das políticas públicas estruturadas no âmbito do programas PRONAF o PAA e o PNAE — sobre a dinâmica agrária e o desenvolvimento rural no município de Amélia Rodrigues, no estado da Bahia.

A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de captar os sentidos atribuídos pelos sujeitos sociais aos processos de transformação no campo, especialmente no que tange à inclusão produtiva, segurança alimentar, acesso a mercados institucionais e valorização da agricultura familiar. Esta abordagem permite analisar não apenas os resultados objetivos das políticas, mas também suas repercussões sociais, organizativas e territoriais.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a diferentes atores envolvidos na implementação e execução dos programas: agricultores familiares beneficiários na localidade do Loteamento Canto Verde, gestores públicos municipais (das áreas de educação, agricultura e assistência social), sindicato dos trabalhadores rurais, representantes de cooperativas e associações rurais, nutricionistas escolares, merendeiras e técnicos da assistência técnica e extensão rural. As entrevistas foram guiadas por um roteiro que abordou temas como: acesso aos programas, adaptação produtiva, comercialização, geração de renda, segurança alimentar e fortalecimento do tecido social rural.

Por fim, a pesquisa pode assumir um caráter participativo e dialógico, valorizando os saberes locais e a vivência dos sujeitos envolvidos. O enfoque sobre o

Fome Zero permitiu compreender os programas PAA e PNAE como instrumentos de articulação entre produção e consumo, com impactos relevantes na redução da insegurança alimentar, na dinamização da economia rural e na ressignificação das relações agrárias no município de Amélia Rodrigues.

2. MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL

2.1. Políticas públicas: conceito, tipologia e instrumentos

Políticas públicas são definidas como o conjunto de ações, programas e decisões implementados por governos ou instituições governamentais para enfrentar questões de interesse público ou para atingir metas específicas, atendendo às necessidades da sociedade como um todo (Semil, 2023).

Para (apud Moreira Neto, 2005; Muzi 2014) a administração pública pode ser resumida como "[...] atividades preponderantemente executórias, definidas por lei como funções do Estado, gerindo recursos para a realização de objetivos voltados para a satisfação de interesses especificamente definidos como públicos".

Para Jenkins (1978), políticas públicas compreendem "um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los". Uma política pública comumente envolve a formulação de objetivos claros, a alocação de recursos, a implementação de programas e a avaliação dos resultados alcançados.

Para entender as atuais políticas públicas estatais, faz-se necessário contextualizar historicamente o tratamento dado à questão agrária no território brasileiro. Com a invasão portuguesa no período da colonização, as terras foram distribuídas pelo rei a pequenos nobres, burocratas e comerciantes ligados à Coroa, que se tornavam donatários ou capitães e, por conta disso, as terras foram chamadas de capitanias hereditárias (Silva, 2017). Entretanto, os donatários não eram proprietários da terra, mas detinham apenas a posse e eram responsáveis pelo poder econômico e administrativo, além da faculdade e a autoridade para doar sesmarias, dando início à formação de grandes latifúndios (apud Fausto, 1997, Silva, 2017).

Instaurou-se no país o regime da grande propriedade que, ligou-se ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala que, juntamente com o trabalho escravo, permitiu a grande exploração das terras, voltada para a produção de gêneros destinados para a exportação (Silva, 2017). Em 18 de setembro de 1850 foi promulgada a lei nº 601, conhecida como “lei de Terras”, eliminando o princípio da doação de terras ao estabelecer a exigência da compra para a aquisição de terras devolutas, de modo a dificultar a aquisição de terras por escravos libertos, bem como por parte de imigrantes e colonos (Brasil, 1850). Assim, à medida em que mantinha as terras monopolizadas nas mãos dos grandes latifundiários, assegurava a disponibilidade de mão de obra, permitindo a expansão do capitalismo no campo (Silva, 2017).

Assim, a luta pela terra no Brasil é vista desde o período da colonização, envolvendo inicialmente índios e escravizados, depois libertos e trabalhadores, se intensificando nas décadas de 1950 e 1960, frente a um cenário de acentuação da expropriação dos camponeses, com destaque para a atuação das Ligas Camponesas (Silva, 2017).

No século XX, neste mesmo período neodesenvolvimentista, o governo aparecia como o propositor dos planos nacionais de desenvolvimento (Fernandes, 2015), em que o Estado figurava como dirigente econômico, operador das transformações sociais no país. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), segundo dados do IBGE, pela primeira vez na história brasileira a participação da indústria na composição do Produto Interno Bruto (PIB) superava a da agricultura (Dezemone, 2016).

À época, o Brasil passava por uma industrialização e urbanização aceleradas que culminou na “invasão” das cidades pelos camponeses, fenômeno popularmente conhecido como êxodo Rural — em que 1940, cerca de 31% da população brasileira vivia em cidades contra 69% nas áreas rurais, já em 1980, esses números foram invertidos (Dezemone, 2016).

De acordo com Dezemone (2016), o Brasil transformou-se numa sociedade predominantemente urbana em um período histórico relativamente curto quando comparado a outros países. Quando se confronta a população brasileira com a

mundial, evidencia-se que menos da metade dos habitantes do planeta moram em aglomerados considerados urbanos, o que coloca o Brasil num pequeno grupo de menos de trinta países com percentuais elevadíssimos de urbanização (Dezemone, 2016), o que desencadeou outras questões demográficas, como inchaço urbano, periferização e favelização.

Vale destacar que no contexto de Guerra Fria (1945-1991), temas como capitalismo, nacionalismo, luta de classes e reforma agrária eram terminologias fortemente debatidas pela sociedade civil (Amorim, 2024). Desde o governo Kubitschek (1956-1961), emergiram inúmeros questionamentos sobre a pobreza estrutural do Brasil, permeadas pelos embates ideológicos conflitantes impulsionados pela Guerra Fria, em que o debate sobre a reforma agrária efervescia (Amorim, 2024).

O governo de João Gulart (1961-1964) defendia desde o começo de sua administração as reformas de base, com medidas de caráter social-modernizante, que incluíam reforma educacional, eleitoral, administrativa, urbana, bancária, tributária, cambial e principalmente a reforma agrária, a mais polêmica entre todas elas (Amorim, 2024).

Segundo Amorim (2024), a reforma agrária proposta por Goulart consistia na desapropriação apenas de terras improdutivas se estivessem em terras marginais a rodovias e ferrovias federais, além de açudes, sob a condição do proprietário de terras seria indenizado sob pagamento de títulos da dívida pública federal e a prazo, não em espécie à vista, como previa a então Constituição Federal de 1946 no parágrafo §16 do artigo 141. Dessa forma, com a reforma agrária, a administração Goulart alteraria o artigo da Constituição, propondo o uso da terra para o bem-estar social e a sua desapropriação conforme o seu uso social, enfatizando como prioridade a produção de alimentos para abastecimento do mercado interno.

Em 2 de março 1963, sob a Lei nº 4.214, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que significava inserir legislação trabalhista para o trabalhador rural brasileiro, incluindo direitos básicos como jornada de trabalho, carteira profissional, estabilidade, aviso prévio, salário mínimo e férias (Amorim, 2024). Foi algo inédito no país, visto que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1º de maio de 1943, apenas abrangia o trabalhador urbano.

A postura reformista de Gulart gerava conflito com a elite latifundiária. João Goulart assinou decretos nacionalizando refinaria de petróleo e desapropriando terras marginais às ferrovias e rodovias federais, bem como de açudes. Com apoio dos Estados Unidos, as forças armadas brasileiras efetivaram o golpe militar-empresarial, enquanto Gulart, temendo risco de vida, foi para o Uruguai, e, posteriormente, na Argentina, onde faleceu por ataque cardíaco considerado natural, até que suspeitas de envenenamento culminaram com a exumação de seu corpo, em 2013, mas o laudo da perícia foi inconclusivo (Globo, 2021).

Presidente Goulart: — A Constituição Deve Ser Revista

Ultima Hora

FOI O MAIOR COMÍCIO DA HISTÓRIA DO BRASIL

O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA

Decretos da Encampação Das Refinarias e Desapropriação de Terras, na Página 2

São Paulo: Metralha e Bombas Impediram Pinheiro Neto de Falar

TESTEMUNHAS: LEE INOCENTE

Ultima Hora

MÉXICO VIBRA COM DE GAULLE

OPOSIÇÃO EM DESESPÊRO

-DERRUBAR JANGO ANTES DA REFORMA

D. Helder:—Chega de Radicalização

Bandidos do Sexo Atacam Crianças

Figura 1 e 2: INSTITUTO JOÃO GOULART. “Há 60 anos, o último discurso de Jango antes do golpe de 1964”. Fonte: Portal Instituto João Goulart, 23 jun. 2024.

2.1.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

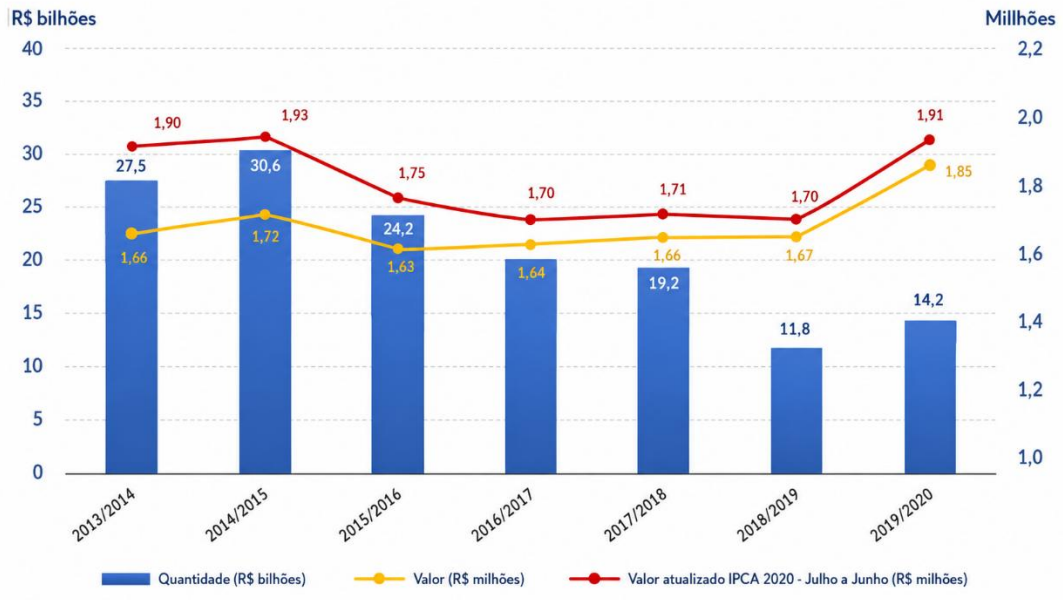
O PRONAF foi criado em 1995 pelo governo federal e institucionalizado por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, fruto das mobilizações dos agricultores familiares no II Grito da Terra Brasil, o governo federal criou o Pronaf, por meio de uma Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), substituindo o Provap. Nesta safra somente o crédito de custeio foi liberado. Foram beneficiados os agricultores com menos de 4 (quatro) módulos fiscais que utilizavam trabalho direto familiar (admitida a contratação eventual de terceiros), que tinham, no mínimo, 80% da renda familiar originária da exploração agropecuária e que morassem na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (Peraci, 2010).

Segundo o Manual Operacional do PRONAF, o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o

desenvolvimento rural sustentável, com objetivo final de fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (Schneider, 2021).

As fontes de financiamento foram ampliadas em que, Além do BNDES, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) assumiu o lugar de principal provedor de recursos, representando cerca de 80% do total desde 1996 até hoje, sendo as outras fontes são os Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), criados pela Constituição de 1988 para favorecer o desenvolvimento das regiões mais pobres; as verbas vindas do Tesouro Nacional, alocadas no Orçamento Geral da União; a Exigibilidade Bancária (percentual de recursos captados pelos bancos comerciais e depositados no Banco Central) e, mais recentemente, os Bancos Cooperativos como o Bansicredi e o Bancoob, que operam com convênios com o Banco do Brasil (Schneider, 2021).

Gráfico 1 - VALOR E QUANTIDADE DOS CONTRATOS DO PRONAF POR PLANOS SAFRA, GOVERNO FEDERAL, 2024



O PRONAF opera, ainda, por diversas modalidades de crédito, que se adaptam às diferentes necessidades e perfis dos beneficiários, de acordo com finalidade, público-alvo e tipo de atividade, conforme determinação:

i) **PRONAF Custeio:** destinado ao financiamento das despesas relacionadas à atividade agrícola ou pecuária, como a compra de insumos, sementes, fertilizantes, e outras necessidades para a manutenção da atividade do ciclo produtivo.

ii) **PRONAF Investimento:** Destinado a projetos que visam a implantação, modernização, ampliação ou melhoria da infraestrutura da propriedade, como a aquisição de máquinas (tratores, colheitadeiras), equipamentos, e a construção de benfeitorias.

iii) **PRONAF Mais Alimentos:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.

iv) **PRONAF Agroindústria:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista, artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.

v) **PRONAF Agroecologia:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

vi) **PRONAF Bioeconomia:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.

vii) **PRONAF Jovem:** financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.

viii) **PRONAF Mulher:** financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.

ix) **PRONAF Cotas-partes:** financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação

pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

x) **PRONAF Conectividade:** Oferece crédito para a infraestrutura de conectividade rural.

2.1.2. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Governo Federal, 2024).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um eixo fundamental para a garantida da Segurança Alimentar e Nutricional no país, calcado no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (Governo Federal, 2024).

Na idade escolar, a alimentação saudável desempenha um papel decisivo para o crescimento e o desenvolvimento, em função do acelerado processo de maturação biológica e psicomotora. Assim, a formação de hábitos alimentares saudáveis é essencial durante o período escolar, para o qual estratégias de educação alimentar e nutricional são necessárias e a escola deve promovê-las — nesse contexto que o

PNAE propõe a realização de ações de educação alimentar e nutricional e a oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais do alunado durante o período letivo (Pedraza, 2018).

2.1.3. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado no governo Lula (2003) como parte do Fome Zero (Hespanhol, 2013). Esse programa compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino (Secretaria de Comunicação Social, 2025). Com o objetivo de assegurar o acesso aos alimentos às entidades assistenciais que atendem pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional e fortalecer a agricultura familiar foi criado, no âmbito do Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (Hespanhol, 2013).

Criado inicialmente pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003, e reinstituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, e regulamentado pelo Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, o PAA é um programa estratégico para o país, tanto no combate à fome, quanto na promoção da segurança alimentar e nutricional. Destaca-se o caráter transversal do programa, que hoje está presente, entre outras iniciativas, na implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (Decreto nº 11.822/2023), do Programa Cozinhas Solidária (criado em julho de 2023, por meio da Lei 14.628/2023 e instituído pelo Decreto nº 11.937/2024 e pelas Portarias N° 977 e 978), nas ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar (Decreto nº 11.821/2023), entre outras (Governo Federal, 2025).

O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e tem as seguintes finalidades: I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de

insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; VIII -promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (Brasil, 2025).

Dentre as finalidades, existem duas principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para atingir essas metas, realiza a compra direta, sem necessidade de licitação, de alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, além das redes pública e filantrópica de ensino (Hespanhol, 2013).

O objetivo é fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local, e de promover o acesso aos alimentos, contribuindo para reduzir a insegurança alimentar e nutricional (Secretaria de Comunicação Social, 2025).

O PAA também contribui para a formação de estoques públicos de alimentos provenientes da agricultura familiar. Além disso, o programa favorece o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, fortalece os circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica dos alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula práticas de cooperativismo e o associativismo (Hespanhol, 2013).

Figura 2: GOVERNO FEDERAL. Infográfico: Programa de Aquisição de Alimentos. 2025

2.2. Histórico da ocupação agrária e transformações territoriais

"O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Em nosso território, estão os maiores latifúndios. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa neste território no século 16. Combinada com a monocultura para exportação e a

escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.”

Nas décadas de 1970 e início dos anos 1980, o Brasil vivenciou uma intensificação dos conflitos no campo, marcada pela modernização da agricultura e pela concentração fundiária. Esse processo gerou o deslocamento de famílias camponesas, desestruturação de comunidades tradicionais e instalação de uma lógica produtiva voltada ao agronegócio e à exportação. Nesse contexto, as ocupações de terra emergem como forma de resistência coletiva à exclusão territorial e à negação de direitos à terra, trabalho e cidadania.

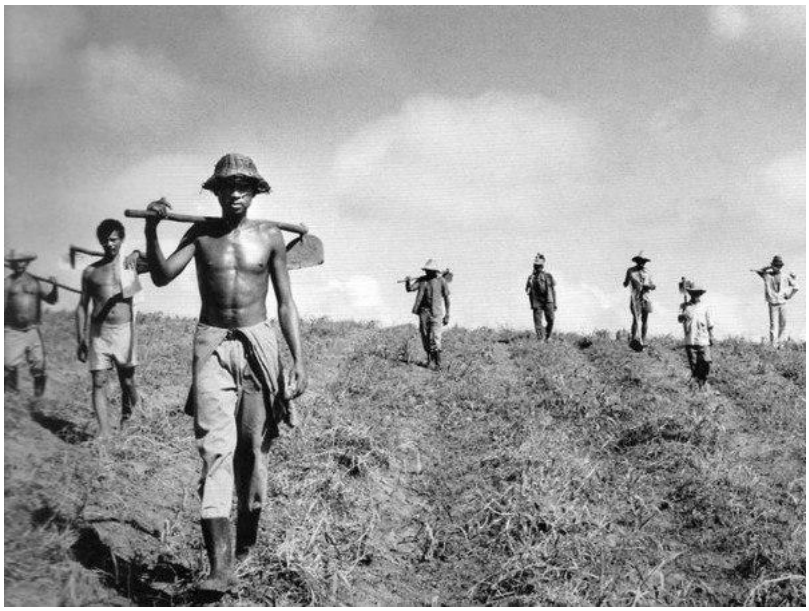
O MST, formalizado posteriormente, tem raízes nessas mobilizações camponesas que buscavam não apenas o acesso à terra, mas a reconfiguração das relações territoriais no meio rural. A ocupação de latifúndios improdutivos passou a ser tática central do movimento — servir como pressão política a favor da reforma agrária — ao mesmo tempo em que redefinia o uso do território por meio da produção coletiva, cooperativa e sustentável.

Com o passar dos anos, o movimento territorializa essas lutas — ou seja, cada ocupação e assentamento tornam-se espaços de organização social, de produção, de educação e de vivência comunitária. Os assentamentos não são apenas resultado da disputa pela terra, mas locais de reconstrução de modos de vida, de sociabilidade rural e de reapropriação do território enquanto espaço de protagonismo popular.

A transformação territorial que acompanha o MST revela alguns vetores: (a) a redistribuição de terras improdutivas ou abandonadas, (b) a instalação de unidades produtivas coletivas e autogestionárias, (c) a educação popular no meio rural, (d) a construção de infraestrutura comunitária e (e) a articulação com redes de consumo solidário e alternativas ao agronegócio. Dessa forma, o território deixa de ser apenas a “terra para quem nela trabalha”, para se consolidar como locus de autonomia, justiça social e sustentabilidade.

Nos anos mais recentes, essas transformações enfrentam novos desafios: a intensificação dos projetos de agronegócio e expansão da fronteira agrícola, a criminalização dos movimentos sociais rurais, a precarização dos direitos territoriais e

a crescente interferência de mercados e corporações transnacionais no campo. Mesmo assim, os assentamentos e ocupações do MST continuam funcionando como espaços de resistência territorial, autogestão produtiva e educação política.



Fonte: MST – 2025

Em síntese, a trajetória do MST evidencia que a reforma agrária é inseparável da transformação territorial: as ocupações e assentamentos são tanto disputas pela terra quanto processos de reorganização territorial que visam uma vida digna no meio rural. Esse movimento histórico torna evidente que a luta pela terra no Brasil não é apenas econômica, mas profundamente territorial — envolvendo produção, sociabilidade, educação, cultura e poder.

2.3. Reforma agrária, território e uso da terra

As relações entre o campesinato e o capital caracterizam-se por conflitos contínuos, evidenciados, de um lado, pela subordinação do campesinato ao capital e pelo poder deste de, conforme seus interesses, destruir e remodelar o campesinato; e, de outro, pela resistência do campesinato em conduzir sua própria transformação, especialmente por meio das ocupações de terra (Fernandes, 2008).

O conceito de território é central para a Geografia, pois envolve não apenas o espaço em si, mas também as relações sociais, políticas econômicas que se

estabelecem sobre ele. Território pode ser compreendido como uma porção de espaço apropriada e organizada por grupos sociais, marcada por fronteiras, controle e significados culturais e simbólicos, ou seja, não se trata apenas de um espaço físico, mas um espaço socialmente construído, onde interesses e poder se manifestam de diversas formas (Vasconcelos, 2024).

O uso da terra está diretamente relacionado à forma como os diferentes atores sociais interagem com o território —. Inclusive a forma como o território é utilizado evidencia as desigualdades e os conflitos de interesse, especialmente quando diferentes grupos disputam o mesmo espaço (como ocorre entre agricultores familiares, grandes proprietários e o setor industrial). O território reflete práticas econômicas, sociais e culturais, além de políticas públicas e dinâmicas ambientais, a exemplo do contexto rural, em que o uso da terra está ligado à agricultura, à pecuária e à conservação ambiental; e no contexto urbano, relaciona-se à ocupação habitacional, à infraestrutura e às atividades comerciais (AHN, SANTOS, SIMON, 2016).

Além disso, as transformações no uso da terra têm implicações significativas para o meio ambiente e para a organização social, afinal, a expansão urbana desordenada, o desmatamento e a intensificação agrícola comprometem ecossistemas e a sustentabilidade do território, enquanto políticas de planejamento territorial, como o zoneamento agrícola e a regularização fundiária, buscam conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental e justiça social.

Portanto, compreender território e uso da terra é essencial para analisar a dinâmica espacial e as relações de poder presentes nos diferentes contextos geográficos, principalmente no que tange a reforma agrária, processo complexo que há décadas é requerido por movimentos sociais ligados ao uso da terra.

Com a invasão portuguesa no período da colonização, as terras foram distribuídas pelo rei a pequenos nobres, burocratas e comerciantes ligados à Coroa, que se tornavam donatários ou capitães e, por conta disso, as terras foram chamadas de capitanias hereditárias (Silva, 2017). Entretanto, os donatários não eram proprietários da terra, mas detinham apenas a posse e eram responsáveis pelo poder

econômico e administrativo, além da faculdade e a autoridade para doar sesmarias, dando início à formação de grandes latifúndios (apud Fausto, 1997. Silva, 2017).

Segundo relatos de moradores da comunidade de Canto Verde, localizada na zona rural de Amélia Rodrigues, no início dos anos 2000 ocorreram mobilizações sociais voltadas à reivindicação de acesso à terra. Essas ações incluíram ocupações pacíficas de áreas pertencentes a usinas consideradas improdutivas e que se encontravam desativadas há vários anos — entre elas, propriedades associadas à família do ex-prefeito Paulo Falcão. O principal objetivo dos trabalhadores rurais era pressionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a acelerar o processo de desapropriação dessas terras para fins de reforma agrária.

Foto X: Instagram @paroquiadeamelia, em 15/05/2026

Paralelamente, também foram registrados conflitos fundiários em territórios tradicionalmente ocupados, especialmente em comunidades quilombolas, como a localidade conhecida como “Pinguela”. Nesses casos, antigas usinas e outros agentes privados buscavam a regularização formal das propriedades, o que frequentemente gerava disputas com as populações locais, que reivindicavam o reconhecimento de seus direitos territoriais históricos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

Já em 2020, o governo do estado da Bahia implementou ações voltadas à regularização fundiária, beneficiando agricultores familiares com a concessão de títulos de propriedade. Essa medida teve como finalidade fortalecer a segurança

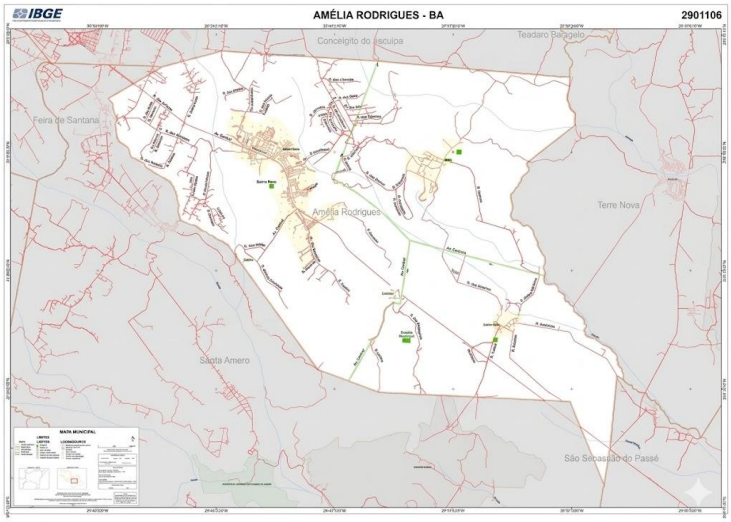
jurídica no campo, ampliar o acesso às políticas públicas e incentivar o desenvolvimento rural sustentável, alinhando-se às diretrizes de programas federais de apoio à agricultura familiar.

3. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIOESPACIAL DE AMÉLIA RODRIGUES

3.1. Caracterização geográfica e socioeconômica do município

Município de Amélia Rodrigues-Ba, seu território pertencia à sesmaria dos irmãos Luiz Vaz e Manoel Nunes Paiva, doada em 1609 pelo Governador do Brasil, Dom Diogo de Menezes. Transferida por testamento ao Mosteiro de São Bento da Cidade do Salvador, em 1622, nela os beneditinos construíram o engenho ″São Bento de Inhatá″, primeiro ponto povoado da região.

Em 1702, no local da sede municipal, mais tarde denominado Marucá, edificou-se a capela de Nossa Senhora da Lapa, formando-se o povoado 'Lapa', que teve seu desenvolvimento em função da cultura da cana-de-açúcar. O arraial passou à sede de distrito em 1936, integrando o Município de Santo Amaro. Em 1944, teve seu nome mudado para Traripe, e em 1961 para Amélia Rodrigues, em homenagem à educadora e poetisa ali nascida.



Fonte:https://www.ibge.gov.br/

O município de Amélia Rodrigues está localizado no estado da Bahia, integrando a Região Metropolitana de Feira de Santana, com uma extensão territorial de 166,872 km². Em 2022, sua população recenseada foi de 24.138 habitantes,

resultando em uma densidade demográfica de cerca de 144,65 hab./km². IBGE A estimativa populacional para 2025 alcança aproximadamente 24.830 pessoas.

Geograficamente, a sede municipal situa-se a cerca de 84 km da capital estadual, Salvador, e a aproximadamente 24 km da cidade de Feira de Santana. A localidade apresenta altitudes médias da ordem de 217 metros acima do nível do mar.

No âmbito socioeconômico, o município possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,666 (referente a 2010), o que o classifica dentro de valores de desenvolvimento humano médio. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município, conforme dados de 2021, é de cerca de R$ 17.505,45, o que demonstra um nível de rendimento inferior à média estadual. A economia local apresenta forte participação dos setores de serviços (aproximadamente 38,2%), seguida pela administração pública (~27,6%), indústria (~19,6%) e agropecuária (~14,6%) conforme estimativas recentes.

Em termos de educação, o município demonstra elevada cobertura escolar na faixa de 6 a 14 anos, com taxa de escolarização de 99,61% em 2022. Quanto à saúde e outros indicadores sociais, destaca-se a taxa de mortalidade infantil de 25,25 óbitos por mil nascidos vivos em 2023.

Esses elementos combinam-se para apresentar Amélia Rodrigues como um município de porte médio, com posicionamento geográfico estratégico em relação à capital e centro regional de Feira de Santana, economia diversificada, desafios de desenvolvimento humano e potencial para crescimento, embora com indicadores que apontam para necessidade de fortalecimento de políticas públicas sociais e de aumento da renda per capita.

3.2. Estrutura fundiária e produção agrícola local

O município de Amélia Rodrigues, situado no estado da Bahia, apresenta um quadro marcadamente desigual no que se refere à distribuição da terra rural. Estudos locais apontam que a estrutura fundiária ainda se encontra concentrada, com grandes extensões que coexistem junto a um número significativo de pequenas propriedades familiares. Esse perfil revela tanto a permanência de lógicas históricas de uso da terra

— como a pecuária extensiva de bovinos — quanto os desafios de sustentabilidade e viabilidade econômica para os agricultores de menor escala.

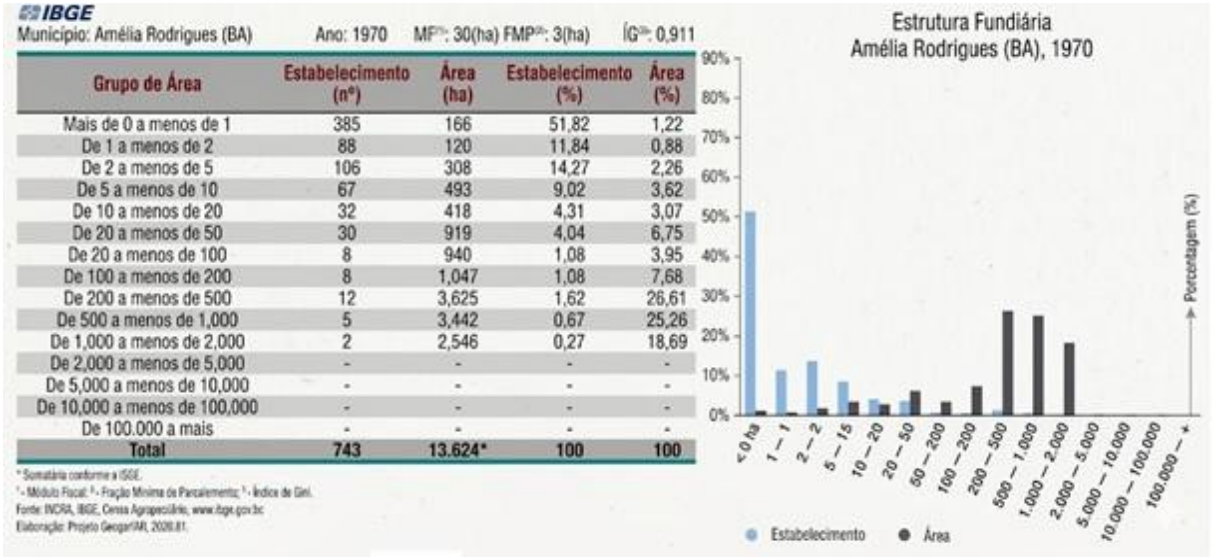
Nesse contexto, a produção agrícola local reflete a dualidade entre modos de exploração patrimonial mais tradicionais e os esforços emergentes de diversificação produtiva e produção de base familiar. As grandes propriedades tendem a manter atividades mais ligadas à pecuária e pastagens, enquanto os pequenos agricultores enfrentam limitações de área, capital e infraestrutura, direcionando-se frequentemente para a multifuncionalidade e pluriatividade como estratégia de sobrevivência no campo.

A pequena propriedade em Amélia Rodrigues frequentemente conjuga moradia e produção em espaços físicos que, por vezes, não são suficientes para garantir a reprodução familiar apenas por meio da agricultura. Nesse sentido, a adoção de práticas agroecológicas surge como alternativa para aumentar a eficiência produtiva e reduzir a dependência de insumos externos. A agroecologia oferece uma rota para fortalecimento da agricultura familiar, na medida em que incorpora diversidade de culturas, gestão local dos recursos e redução de custos produtivos — fatores essenciais em um cenário de terras limitadas ou sub-escapadas de pleno aproveitamento.

Além disso, o uso da terra no município reflete a persistência de relações sociais de produção com forte presença de mão-de-obra familiar e baixa escala de mecanização. Essa configuração dificulta a inserção em cadeias de valor mais exigentes, mas reforça a importância da agricultura familiar para o abastecimento local e para a manutenção de modos de vida no meio rural. Por fim, a superação dos entraves fundiários — como a falta de título definitivo, a fragmentação da propriedade ou a insuficiência de área produtiva — revela-se condição indispensável para que os agricultores familiares possam investir em melhoramentos, ampliar a produção ou permanecer no campo com dignidade.

Com base nos dados censitários e nos gráficos de estrutura fundiária do município de Amélia Rodrigues (BA), podemos realizar uma análise aprofundada da evolução da distribuição de terras entre os anos de 1970 e 2017.

A comparação histórica entre os censos agropecuários de 1970 e 2017 em Amélia Rodrigues revela um cenário de profundas transformações estruturais, evidenciando que a histórica desigualdade na distribuição de terras não apenas se manteve, mas se consolidou de forma alarmante.



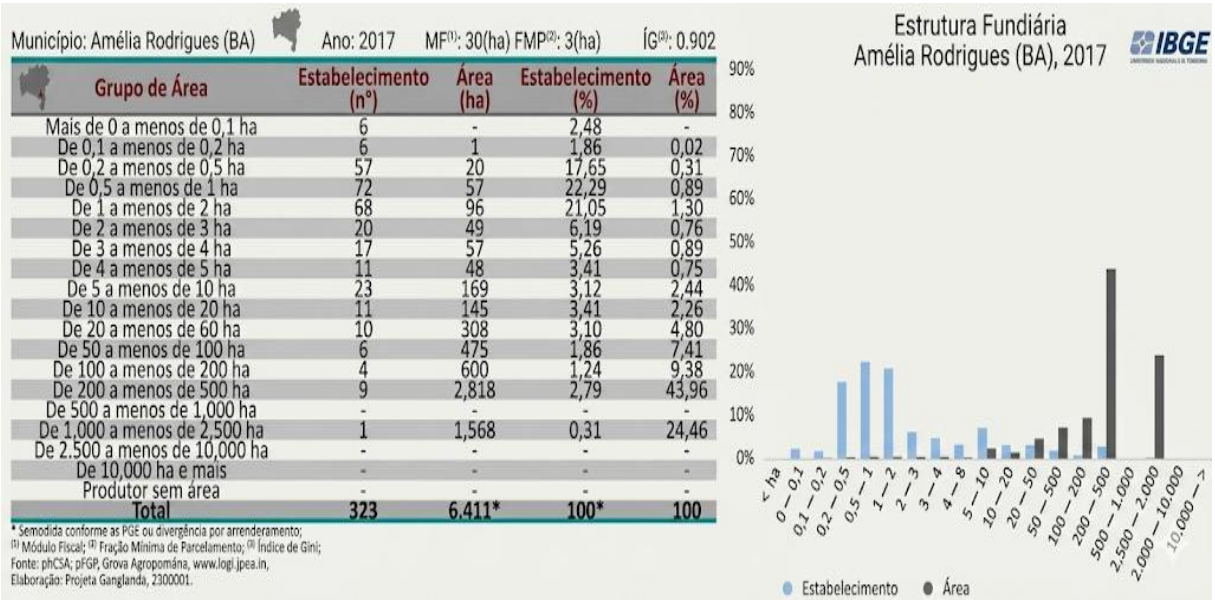
IBGE

Município: Amélia Rodrigues (BA) Ano: 1970 MF[1]: 30(ha) FMP[2]: 3(ha) ÍG[3]: 0,911

Grupo de Área	Estabelecimento (nº)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 1	385	166	51,82	1,22
De 1 a menos de 2	88	120	11,84	0,88
De 2 a menos de 5	106	308	14,27	2,26
De 5 a menos de 10	67	493	9,02	3,62
De 10 a menos de 20	32	418	4,31	3,07
De 20 a menos de 50	30	919	4,04	6,75
De 20 a menos de 100	8	940	1,08	3,95
De 100 a menos de 200	8	1,047	1,08	7,68
De 200 a menos de 500	12	3,625	1,62	26,61
De 500 a menos de 1,000	5	3,442	0,67	25,26
De 1,000 a menos de 2,000	2	2,546	0,27	18,69
De 2,000 a menos de 5,000	-	-	-	-
De 5,000 a menos de 10,000	-	-	-	-
De 10,000 a menos de 100,000	-	-	-	-
De 100.000 a mais	-	-	-	-
Total	743	13.624*	100	100

* Somatória conforme a IBGE.
[1] - Módulo Fiscal; [2] - Fração Mínima de Parcelamento; [3] - Índice de Gini.
Fonte: INCRA, IBGE, Censo Agropecuário, www.ibge.gov.br
Elaboração: Projeto Geografar, 2020.81.

Fonte: IBGE - Geografar – 2025



Município: Amélia Rodrigues (BA) Ano: 2017 MF[1]: 30(ha) FMP[2]: 3(ha) ÍG[3]: 0.902

Grupo de Área	Estabelecimento (nº)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	6	-	2,48	-
De 0,1 a menos de 0,2 ha	6	1	1,86	0,02
De 0,2 a menos de 0,5 ha	57	20	17,65	0,31
De 0,5 a menos de 1 ha	72	57	22,29	0,89
De 1 a menos de 2 ha	68	96	21,05	1,30
De 2 a menos de 3 ha	20	49	6,19	0,76
De 3 a menos de 4 ha	17	57	5,26	0,89
De 4 a menos de 5 ha	11	48	3,41	0,75
De 5 a menos de 10 ha	23	169	3,12	2,44
De 10 a menos de 20 ha	11	145	3,41	2,26
De 20 a menos de 60 ha	10	308	3,10	4,80
De 50 a menos de 100 ha	6	475	1,86	7,41
De 100 a menos de 200 ha	4	600	1,24	9,38
De 200 a menos de 500 ha	9	2,818	2,79	43,96
De 500 a menos de 1,000 ha	-	-	-	-
De 1,000 a menos de 2,500 ha	1	1,568	0,31	24,46
De 2.500 a menos de 10,000 ha	-	-	-	-
De 10,000 ha e mais	-	-	-	-
Produtor sem área	-	-	-	-
Total	323	6.411*	100*	100

* Semodida conforme as PGE ou divergência por arrenderamento;
[1] Módulo Fiscal; [2] Fração Mínima de Parcelamento; [3] Índice de Gini;
Fonte: phCSA; pFGP, Grova Agropomána, www.logi.jpea.in,
Elaboração: Projeta Ganglanda, 2300001.

Fonte: IBGE - Geografar – 2025

O primeiro ponto de destaque é a redução expressiva tanto no número de propriedades quanto na área total contabilizada:

- Em 1970: O município registrava 743 estabelecimentos agropecuários, que juntos somavam uma área total de 13.624 hectares.

- Em 2017: Esses números caíram pela metade. Registraram-se apenas 323 estabelecimentos, englobando uma área total de 6.411 hectares.

Essa redução drástica da área total recenseada sugere fenômenos como o avanço da urbanização sobre áreas rurais, o abandono de terras ou mudanças na metodologia de coleta de dados ao longo das décadas.

Em 1970, o município era caracterizado por uma quantidade massiva de minifúndios de subsistência. As propriedades com menos de 1 hectare representavam a maioria absoluta: 51,82% dos estabelecimentos, embora detivessem apenas 1,22% da área total do município.

Em 2017, o cenário dos pequenos produtores mudou de perfil, mas não de status econômico. As propriedades na faixa de 0,5 a menos de 1 hectare passaram a ser as mais numerosas (22,29% do total), mas sua participação na área total do município encolheu ainda mais, retendo míseros 0,89% das terras. Isso demonstra que os pequenos produtores continuam confinados em espaços minúsculos e insuficientes para uma escala produtiva robusta.

O argumento de que a terra "se concentra nas mãos de poucos" fica matematicamente comprovado ao analisarmos as faixas de maior extensão territorial em 2017:

- A faixa de propriedades entre 200 a menos de 500 hectares representa meros 2,79% do total de estabelecimentos no município, mas abocanha impressionantes 43,96% de toda a área rural.
- Se somarmos a isso o único grande estabelecimento na faixa de 1.000 a menos de 2.500 hectares (que detém 24,46% da área total), chegamos a uma conclusão impressionante: apenas 3,1% dos proprietários controlam 68,42% de todas as terras produtivas de Amélia Rodrigues em 2017.

O Índice de Gini é a ferramenta estatística utilizada para medir a desigualdade em uma escala de 0 a 1 (onde 1 representa a desigualdade máxima).

- Em 1970, o Gini fundiário de Amélia Rodrigues era de **0,911**.
- Em 2017, o índice ficou em **0,902**.

Essa variação decimal quase imperceptível comprova que, apesar de todas as mudanças econômicas, políticas e sociais que o Brasil e a Bahia sofreram em quase 50 anos, a estrutura de poder e posse da terra no município permaneceu praticamente estagnada, mantendo um padrão de extrema concentração.

Ao correlacionar os dois períodos, observa-se que o município passou por um processo de "enxugamento" do seu espaço rural (menos estabelecimentos e menos área total mapeada). No entanto, a dinâmica de ocupação reforçou o abismo social: a ampla maioria dos produtores rurais disputa fatias minúsculas e periféricas do território, enquanto a maior parte das terras agricultáveis permanece consolidada como propriedade de uma restrita elite agrária.

3.3. Identificação e análise das principais políticas públicas para agricultura familiar implementadas em Amélia Rodrigues

Na pesquisa realizada na área rural do município de Amélia Rodrigues, foram identificadas diversas políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, à segurança alimentar e nutricional e à promoção da inclusão social no campo. Entre os programas e ações em funcionamento destacam-se o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), o SEAF (Seguro da Agricultura Familiar), o PBF (Programa Bolsa Família), a EAN (Educação Alimentar e Nutricional), o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional), o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o SUAS (Sistema Único de Assistência Social).

Essas políticas desempenham papel fundamental no desenvolvimento rural, contribuindo para o fortalecimento da produção agrícola, a geração de renda, a melhoria das condições de vida das famílias rurais e a garantia do acesso à alimentação adequada. Além disso, representam importantes instrumentos de apoio aos agricultores familiares, especialmente aqueles que enfrentam limitações relacionadas ao acesso a crédito, assistência técnica, mercados consumidores e proteção social.

Fotografia nº xx: criação de gado leiteiro e de corte no Loteamento Canto Verde.
Fonte: Luis Cláudio, Amélia Rodrigues, 2026.

Neste estudo, o foco principal recaiu sobre os programas PRONAF, PNAE e PAA, em virtude de sua relevância para a dinamização da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento socioeconômico local. Foi realizado um recorte espacial voltado para a localidade do Loteamento Canto Verde, uma vez que essa comunidade apresenta características que a tornam particularmente significativa para a análise. De acordo com os dados da estrutura fundiária do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE, o Loteamento Canto Verde concentra boa parte dos estabelecimentos rurais com áreas variando entre 0,5 e 1 hectare, correspondendo ao maior número de unidades produtivas do município nessa faixa de área, totalizando 78 estabelecimentos, o que representa 22,29% do total. Apesar de ocupar apenas 0,89% da área rural cadastrada, essa localidade reúne expressiva quantidade de agricultores familiares, evidenciando a importância das pequenas propriedades na organização produtiva e socioeconômica do território.

Dessa forma, a análise dos programas PRONAF, PNAE e PAA no contexto do Loteamento Canto Verde permitiu compreender de que maneira essas políticas públicas contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, para a geração de oportunidades econômicas e para a promoção da segurança alimentar das famílias rurais do município de Amélia Rodrigues.

3.4. Avaliação como as políticas públicas têm afetado a produtividade, a diversificação de culturas e a adoção de práticas sustentáveis entre os agricultores locais.

Os efeitos das políticas públicas na vida dos agricultores familiares têm sido significativos, funcionando como uma importante ponte entre as necessidades do meio rural e as soluções oferecidas pelo poder público. Essas políticas exercem um forte papel social, econômico e produtivo, contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias rurais e para o fortalecimento da agricultura familiar como atividade estratégica para o desenvolvimento local.

Fotografia nº xx: condução de gado leiteiro para alimentação em outro pasto no Loteamento Canto Verde
Fonte: Luis Cláudio, Amélia Rodrigues, 2026.

Por meio do acesso à assistência técnica, ao crédito rural, aos programas de comercialização e às ações de capacitação, os agricultores passam a contar com melhores condições para planejar suas atividades produtivas de forma mais eficiente e sustentável. As orientações técnicas fornecidas pelos órgãos competentes possibilitam maior compreensão sobre o que produzir, como produzir e quais estratégias adotar para aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos agrícolas, respeitando as características do território e as demandas do mercado consumidor.

Além disso, essas políticas incentivam a diversificação da produção, reduzindo a dependência de uma única cultura agrícola e ampliando as oportunidades de geração de renda para as famílias. A diversificação produtiva também permite que os agricultores se adaptem melhor às variações climáticas, às condições ambientais e às oscilações econômicas, fortalecendo a segurança alimentar e a resiliência das propriedades rurais.

Outro aspecto relevante é a promoção de práticas agrícolas ambientalmente responsáveis. As ações desenvolvidas por meio das políticas públicas estimulam o uso racional dos recursos naturais, a conservação do solo e da água, a proteção da biodiversidade e a adoção de técnicas de produção mais sustentáveis. Da mesma forma, orientam os agricultores sobre os riscos decorrentes do uso inadequado de insumos agrícolas, incentivando a redução ou a substituição de produtos que possam causar impactos negativos ao meio ambiente ou comprometer a saúde dos produtores e consumidores.

As políticas públicas também favorecem a troca de experiências e conhecimentos entre os agricultores, fortalecendo os vínculos comunitários e ampliando os processos de aprendizagem coletiva. Por meio de associações, cooperativas, capacitações e atividades de extensão rural, os produtores compartilham práticas bem-sucedidas, discutem desafios comuns e constroem soluções coletivas para os problemas enfrentados no cotidiano da produção agrícola.

Dessa forma, as políticas públicas constituem instrumentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, contribuindo não apenas para o aumento da produção e da renda, mas também para a inclusão social, a valorização da agricultura familiar, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das populações que vivem e trabalham no campo.

3.5. Analise da organização social dos agricultores

As diversas organizações e instituições atuantes no município de Amélia Rodrigues têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar e na conscientização dos agricultores acerca de seus direitos, contribuindo para a ampliação do acesso às políticas públicas, à assistência técnica e aos

mecanismos de inclusão produtiva e social. Essas entidades atuam de forma articulada, promovendo ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, à regularização fundiária, à organização social e ao fortalecimento das atividades produtivas no campo.

Fotografia nº xx: Mercado municipal de apoio ao agricultor familiar
Fonte: Luis Cláudio, Amélia Rodrigues, 2026.

Entre as principais instituições presentes no município destaca-se a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente, Indústria e Comércio (SEAMA), responsável pelo planejamento e pela execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário e da agricultura familiar. A secretaria desenvolve ações de assistência técnica, orientação aos produtores rurais, emissão de documentos, apoio à regularização fundiária e intermediação do acesso a programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), contribuindo para a geração de renda e para o fortalecimento da produção agrícola local.

Outra instituição de grande relevância é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Amélia Rodrigues, considerado o principal órgão de representação e defesa da categoria no município. Sua atuação está voltada para a garantia dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais dos agricultores

familiares, além de promover orientação jurídica, mobilização social e apoio na obtenção de benefícios e políticas públicas destinadas ao meio rural.

Também merece destaque a Associação Comunitária Rural e de Desenvolvimento do Loteamento Canto Verde, Bolandeira e Bangalá, entidade que atua na representação dos agricultores e moradores das comunidades rurais, incentivando iniciativas de desenvolvimento local, organização comunitária e fortalecimento da produção familiar. A associação exerce importante papel na articulação entre os produtores rurais e os órgãos governamentais, favorecendo o acesso a projetos, programas e investimentos destinados ao setor agrícola.

Da mesma forma, a Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda Campos e Região constitui uma organização ativa na defesa dos direitos sociais dos agricultores e no incentivo às atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias rurais. Sua atuação busca fortalecer a agricultura familiar por meio da cooperação entre os produtores, da valorização da produção local e da promoção de melhores condições de trabalho e renda.

No âmbito estadual, destaca-se a atuação da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR). Esse órgão mantém parcerias frequentes com o município para a implementação de ações voltadas à regularização fundiária, especialmente por meio da emissão e entrega de títulos de propriedade rural aos agricultores familiares. Essas iniciativas contribuem para a segurança jurídica da posse da terra, ampliando as possibilidades de acesso ao crédito rural, aos programas governamentais e aos investimentos produtivos.

Por fim, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) também exerce papel relevante no fortalecimento da agricultura familiar. Por meio de um Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), são viabilizados atendimentos e encaminhamentos relacionados a benefícios previdenciários e demandas rurais, facilitando o acesso dos agricultores aos seus direitos e reduzindo as dificuldades enfrentadas pela população rural na busca por serviços públicos essenciais.

Nesse contexto, a atuação conjunta dessas organizações evidencia a importância das redes institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar em Amélia Rodrigues, contribuindo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a inclusão social dos agricultores e a melhoria das condições de vida das comunidades do campo.

3.6. Avaliação de como as políticas públicas influenciam o acesso a mercados, a geração de renda e a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na redução das desigualdades sociais, atuando como instrumentos capazes de promover maior inclusão, justiça social e melhoria das condições de vida da população. No contexto rural, essas políticas contribuem significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar, para a geração de oportunidades econômicas e para a ampliação do acesso a direitos essenciais, favorecendo o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Ao proporcionar acesso a programas de assistência técnica, crédito rural, comercialização da produção, segurança alimentar e proteção social, as políticas públicas fortalecem o sentimento de pertencimento dos indivíduos ao território onde vivem. Esse processo estimula a permanência das famílias no campo, valoriza os modos de vida locais e cria perspectivas mais promissoras para as gerações atuais e futuras.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. Ao incentivar a produção diversificada de alimentos e ampliar o acesso da população a produtos de qualidade, as políticas públicas contribuem para a melhoria dos hábitos alimentares e das condições de saúde das famílias. Consequentemente, reduzem-se os fatores associados à insegurança alimentar, à desnutrição e a diversos problemas de saúde relacionados à alimentação inadequada, tornando menos frequentes situações de adoecimento decorrentes dessas condições.

Além disso, essas políticas exercem importante influência sobre a dinâmica econômica local. A geração de renda proveniente da produção agrícola, associada aos programas governamentais de incentivo e comercialização, promove a circulação

de recursos financeiros dentro do próprio município. Esse movimento fortalece o comércio local, estimula a criação de novas oportunidades de trabalho e contribui para o crescimento econômico das comunidades rurais.

Fotografia nº xx: Estrada de acesso a área rural de Amélia Rodrigues
Fonte: Luis Cláudio, Amélia Rodrigues, 2026.

Os benefícios decorrentes dessas ações refletem diretamente na qualidade de vida das famílias, que passam a contar com melhores condições de moradia, alimentação, educação, saúde e bem-estar social. Dessa forma, as políticas públicas não apenas reduzem vulnerabilidades socioeconômicas, mas também criam um ambiente mais favorável ao desenvolvimento humano, à inclusão social e à construção de comunidades mais resilientes, produtivas e sustentáveis.

Portanto, pode-se afirmar que as políticas públicas constituem mecanismos essenciais para a promoção da equidade social, do desenvolvimento econômico e da segurança alimentar, contribuindo para a formação de um ambiente mais digno e propício ao bem-estar das famílias rurais e ao fortalecimento da agricultura familiar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os impactos das políticas públicas na dinâmica agrária do município de Amélia Rodrigues, buscando

compreender de que forma essas ações têm influenciado a estrutura produtiva, a agricultura familiar, a organização social dos agricultores e as condições de vida da população rural. A partir da análise dos dados censitários, da observação de campo e do levantamento das principais políticas implementadas no município, foi possível identificar avanços importantes, mas também desafios estruturais que ainda limitam o pleno desenvolvimento do espaço rural local.

Os resultados evidenciam que a questão fundiária permanece como um dos principais entraves para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável. Apesar das transformações ocorridas ao longo das últimas décadas, os indicadores demonstram que a concentração da terra continua sendo uma característica marcante da realidade agrária de Amélia Rodrigues. Os dados do Censo Agropecuário revelam que uma pequena parcela dos proprietários detém a maior parte das áreas produtivas do município, enquanto a maioria dos agricultores familiares permanece em estabelecimentos de reduzida dimensão territorial, muitas vezes insuficientes para garantir a reprodução econômica das famílias exclusivamente por meio da atividade agrícola.

Nesse contexto, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar assumem papel estratégico na redução das vulnerabilidades socioeconômicas e no fortalecimento das atividades produtivas desenvolvidas pelos pequenos agricultores. Programas como o PRONAF, o PNAE e o PAA têm contribuído para ampliar o acesso ao crédito, garantir canais institucionais de comercialização e estimular a produção de alimentos, favorecendo a geração de renda e a permanência das famílias no campo. Além disso, a assistência técnica e a extensão rural têm proporcionado maior acesso ao conhecimento, incentivando práticas produtivas mais eficientes e ambientalmente sustentáveis.

A pesquisa também demonstrou que essas políticas exercem influência positiva sobre a diversificação produtiva e sobre a adoção de estratégias que aumentam a resiliência dos agricultores diante das adversidades econômicas e climáticas. A incorporação de práticas agroecológicas, o uso mais racional dos recursos naturais e a valorização da produção local representam importantes avanços na construção de sistemas agrícolas mais sustentáveis e compatíveis com a realidade das pequenas propriedades rurais.

Outro aspecto relevante identificado foi a importância da organização social dos agricultores. A atuação de sindicatos, associações comunitárias, órgãos governamentais e instituições de apoio ao desenvolvimento rural tem fortalecido os processos de mobilização coletiva, ampliado o acesso às políticas públicas e contribuído para a defesa dos direitos da população rural. Essas organizações desempenham papel fundamental na articulação entre os agricultores e o poder público, possibilitando maior participação social e fortalecendo a capacidade de reivindicação das comunidades rurais.

Entretanto, os resultados também indicam que os benefícios das políticas públicas ainda enfrentam limitações decorrentes de problemas históricos relacionados à estrutura fundiária, à insuficiência de infraestrutura rural, à burocracia para acesso a determinados programas e à necessidade de ampliação dos serviços de assistência técnica. Tais desafios demonstram que, embora as políticas existentes sejam fundamentais, sua efetividade depende da continuidade dos investimentos públicos e da implementação de ações integradas que contemplem as múltiplas dimensões do desenvolvimento rural.

Dessa forma, conclui-se que as políticas públicas analisadas têm contribuído significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar e para a melhoria das condições socioeconômicas das famílias rurais de Amélia Rodrigues. Contudo, seus efeitos são condicionados por uma estrutura agrária historicamente concentrada, que continua impondo limites à democratização do acesso à terra e às oportunidades de desenvolvimento. Assim, torna-se indispensável a ampliação de ações voltadas à regularização fundiária, ao fortalecimento da assistência técnica, ao incentivo à comercialização da produção familiar e à promoção de práticas sustentáveis, de modo a construir um modelo de desenvolvimento rural mais justo, inclusivo e socialmente equilibrado.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre a realidade agrária do município e sirva como subsídio para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas capazes de fortalecer a agricultura familiar, reduzir desigualdades históricas e promover melhores condições de vida para as populações rurais de Amélia Rodrigues.

Referências

ARROYO, Maria José de Souza; TEDESCO, João Carlos. *Movimentos sociais rurais e organização comunitária*. Petrópolis: Vozes, 2000.

BERGAMASCO, S. M. P; NORDER, L. A. C. A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BIANCHA, C. A. et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. Educação e Pesquisa, n. 1, p. 51-72, 2004.

BORSATTO, R. S; CARMO, M. S. do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 51, n. 4, p. 645-660, dez. 2013.

BORTOLOZZI, A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à consolidação dos direitos fundamentais. Curitiba: UFPR, 2008.

CALDART, R. S. Movimento dos Sem Terras: reflexões sobre a Pedagogia da Terra. Revista de Educação, CEAP, Salvador/Bahia, ano 12, p. 21-35, set. /nov. 2004.

CANCLINI, N. G. Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2005.
Referências:

Cardápios escolares – Elaborados por nutricionistas responsáveis técnicos do PNAE, devem respeitar os hábitos alimentares regionais e princípios de alimentação saudável.

Chamadas públicas – Instrumento de compra direta da agricultura familiar, garantindo transparência e cumprimento da cota mínima de 30%.

Como referências institucionais, podem ser consultados: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia (SDR), CONTAG e INSS

Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) – Instrumento de **controle social**. São formados por representantes do governo, professores, pais e estudantes. Fiscalizam a aplicação dos recursos e a qualidade da alimentação.

Constituição Federal do Brasil de 1988 – Art. 68 do ADCT (direitos quilombolas): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Fonte dos dados citados: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

GEOGRAFAR. Estrutura fundiária. Salvador (BA): Grupo de Pesquisa Geografar, Instituto de Geociências – UFBA, s. d. Disponível em: https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria. Acesso em: 01 nov. 2025.

Governo do Estado da Bahia – Regularização fundiária rural: https://www.ba.gov.br

INCRA – Reforma Agrária e Regularização Fundiária: https://www.gov.br/incra

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Amélia Rodrigues (BA) | Cidades e Estados*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/amelia-rodrigues.html. Acesso em: 01 nov. 2025.

Lei nº 11.947/2009 – É a base legal do programa. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar. Determina, que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE devem ser utilizados na compra de alimentos da agricultura familiar.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Hoje*. Disponível em: https://mst.org.br/nossa-historia/hoje/. Acesso em: 01 nov. 2025.

PORFíRIO, Francisco. "Reforma agrária"; Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm. Acesso em 26 de maio de 2026.

Prestação de contas e relatórios de execução – Documentos obrigatórios enviados pelas Entidades Executoras (prefeituras e governos estaduais) ao FNDE, com informações financeiras e nutricionais.

Referências institucionais: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Referências institucionais: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Resoluções do FNDE – Regulamentam e detalham a execução da Lei. A mais recente (até 2025) é a **Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020**, alterada por outras posteriores (como a Resolução nº 21/2021). Define regras sobre cardápios, nutricionistas responsáveis, prestação de contas, compra de alimentos, etc.

Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC / Contas Online) – Plataforma eletrônica usada para registrar e acompanhar a execução financeira do PNAE.

SITE: http://www.ameliarodrigues.ba.gov.br

SOUSA, Enilson Silva. *Terra, moradia e produção no campo de Amélia Rodrigues – BA: agroecologia como alternativa para a produção da agricultura familiar*. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/40702/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o.%20Enilson%20Silva%20Sousa.%20Terra%2C%20moradia%20e%20produ%C3%A7%C3%A3o%20no%20campo%20de%20Am%C3%A9lia%20Rodrigues%20-%20BA%20..pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.